



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2018

Dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos, de que trata o inciso VII do art. 37 da Constituição Federal.

**AUTORIA:** Senador Dalirio Beber (PSDB/SC)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

*Dispõe sobre o exercício do direito de greve dos servidores públicos, de que trata o inciso VII do art. 37 da Constituição Federal.*



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A presente Lei regulamenta o exercício do direito de greve dos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Art. 2º** O direito de greve é preceito constitucional essencial ao processo de democratização das relações de trabalho no âmbito da Administração Pública e relaciona-se, de forma indissociável aos direitos de livre associação sindical e de negociação coletiva.

**Art. 3º** O direito de greve é assegurado aos servidores públicos, nos termos e limites estabelecidos por esta Lei, competindo-lhes decidir livremente sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º Entende-se por greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, da prestação de serviços ou atividades da administração pública direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º É assegurado aos grevistas o emprego de meios pacíficos destinados a persuadir os servidores a aderirem à greve.

**Art. 4º** Ficam asseguradas às entidades sindicais a livre divulgação do movimento grevista e o direito à arrecadação de fundo de greve.

**Art. 5º** O direito de greve submeter-se-á a juízo de proporcionalidade e razoabilidade, de forma a assegurar o atendimento das necessidades inadiáveis da sociedade.

§ 1º O exercício da greve será autoregulamentado pelas entidades sindicais representativas dos servidores públicos, nos termos desta Lei, e acolhido pelos Observatórios das Relações de Trabalho no serviço público de que trata o art.14.

§ 2º O projeto de autoregulamentação deve ser aprovado em instância coletiva e representativa das entidades sindicais dos servidores públicos.

**Art. 6º** São requisitos para a deflagração da greve, que deverão ser cumpridos até o décimo quinto dia que antecede o início da paralisação:

I – demonstração da realização de tentativa infrutífera de negociação coletiva e da adoção dos métodos alternativos de solução de conflitos, obedecidas as balizas constitucionais e legais de regência;

II – comunicação à autoridade superior do órgão, entidade ou Poder respectivo;

III – apresentação de plano de continuidade dos serviços públicos ou atividades estatais, consoante definição contida nos arts. 7º, 8º e 9º desta Lei, inclusive no que concerne ao número mínimo de servidores que permanecerão em seus postos de trabalho;

IV – informação à população sobre a paralisação e as reivindicações apresentadas ao Poder Público;

V – apresentação de alternativas de atendimento ao público.



*Parágrafo único.* A greve deflagrada sem o atendimento dos requisitos previstos neste artigo é considerada ilegal.

**Art. 7º** São considerados serviços públicos ou atividades estatais essenciais aqueles que afetem a vida, a saúde e a segurança dos cidadãos, em especial:

- I – a assistência médico-hospitalar e ambulatorial;
- II – os serviços de distribuição de medicamentos de uso continuado pelo Serviço Único de Saúde;
- III – os serviços vinculados ao pagamento de benefícios previdenciários;
- IV – o tratamento e o abastecimento de água;
- V – a captação e o tratamento de esgoto e lixo;
- VI – a vigilância sanitária;
- VII – a produção e a distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
- VIII – a guarda de substâncias radioativas e equipamentos e materiais nucleares;
- IX – as atividades de necropsia, liberação de cadáver, exame de corpo de delito e de funerária;
- X – a segurança pública;
- XI – a educação;
- XII – a defesa civil;
- XIII – o serviço de controle de tráfego aéreo;





XIV – o transporte coletivo;

XV – as telecomunicações;

XVI – os serviços judiciários e do Ministério Público;

XVII – a defensoria pública;

XVIII – a defesa judicial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das suas respectivas autarquias e fundações;

XIX – a atividade de arrecadação e fiscalização de tributos e contribuições sociais;

XX – o serviço diplomático;

XXI – os serviços vinculados ao processo legislativo; e

XXII – o processamento de dados ligados a serviços essenciais.

**Art. 8º** Durante a greve em serviços públicos ou atividades estatais essenciais, ficam as entidades sindicais ou os servidores, conforme o caso, obrigados a manter em atividade percentual mínimo de sessenta por cento do total dos servidores, com o propósito de assegurar a regular continuidade da prestação dos serviços públicos ou atividades estatais indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

*Parágrafo único.* O percentual mínimo de que trata o *caput* será de oitenta por cento do total de servidores, durante a greve em serviços públicos ou atividades essenciais de que trata os incisos I, II, III, X e XI do art. 7º.

**Art. 9º** No caso de greve em serviços públicos ou atividades estatais não-essenciais, as entidades sindicais ou os servidores, conforme o caso, são obrigados a manter em atividade percentual mínimo de cinquenta por cento do total dos servidores, com o propósito de assegurar a regular

continuidade da prestação dos serviços públicos ou das atividades estatais indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

**Art. 10.** O descumprimento dos percentuais mínimos fixados nos arts. 8º e 9º desta Lei dá ensejo à declaração da ilegalidade da greve.

**Art. 11.** No caso de inobservância do disposto nos arts. 8º e 9º desta Lei, o Poder Público assegurará a prestação dos serviços públicos afetados.

**Art. 12.** Passadas quarenta e oito horas da ciência da decisão judicial que tenha determinado o cumprimento dos percentuais mínimos fixados nesta Lei sem que ele tenha ocorrido, o Poder Público poderá realizar, em caráter emergencial, contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, ou legislação estadual, distrital, ou municipal análoga.

**Art. 13.** As faltas ao trabalho em decorrência de greve serão objeto de negociação, a qualquer tempo, devendo os representantes dos servidores e os representantes do Estado produzir um plano de compensação que contemple os dias parados e o trabalho não realizado.

§ 1º Não sendo possível o acordo, as faltas implicarão a perda de remuneração.

§ 2º A participação do servidor em greve não será critério para avaliação de desempenho, avaliação ou índices de produtividade, ou justificativa de incapacidade para o desempenho da função pública.

§ 3º Os dias parados não serão computados para fins de estágio probatório, a que se refere o art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**Art. 14.** Os Observatórios das Relações de Trabalho no Serviço Público, criados no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter tripartite, terão, dentre suas atribuições,



na forma das leis competentes, a de avaliar projetos de auto-regulamentação de greve, a que se refere o § 1º do art. 5º desta Lei, com vistas ao seu acolhimento.

**Art. 15.** A responsabilidade pela prática de atos irregulares, ilícitos ou prática de crimes cometidos no curso da greve será apurada de acordo com a legislação pertinente.

**Art. 16.** Compete à Justiça Federal julgar as ações sobre greve no âmbito da Administração Pública Federal e à Justiça Comum no caso de Estados, Distrito Federal e Municípios.

**Art. 17.** É vedada a greve aos membros das Forças Armadas e aos integrantes das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

**Art. 18.** A Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 2º** .....

.....

XII – descumprimento, no caso de greve dos servidores públicos, da determinação legal de manter em atividade percentual mínimo de servidores, com o propósito de assegurar a regular continuidade da prestação dos serviços públicos ou das atividades estatais, ou da decisão judicial que tenha determinado o retorno ao cargo público.

.....” (NR)

“**Art. 4º** .....

I – 6 (seis) meses, nos casos dos incisos I, II, IX e XII do caput do art. 2º desta Lei;

.....”(NR)

“**Art. 7º** .....

.....

II – nos casos dos incisos I a III, V, VI e XII do art. 2º, em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho.

.....” (NR)

“**Art. 12.** .....

.....

IV – pelo cumprimento da determinação legal ou da decisão judicial de que trata o inciso XII do art. 2º desta Lei.

.....” (NR)

**Art. 19.** Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

## JUSTIFICAÇÃO

A apresentação da presente proposta vem consignar a urgência na aprovação de lei específica que regule o inciso VII do art. 37 da Constituição Federal, a fim regulamentar o exercício do direito de greve dos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



SF/18115.86972-28



Já passados quase trinta anos da publicação e promulgação da Constituição de 1988, em que o constituinte estabeleceu que “*o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica*”, a matéria, ainda, continua pendente de regulamentação pelo Congresso Nacional.

Diante da urgência e relevância, não é mais possível que o Poder Legislativo proteja a edição de lei específica que enfrente a complexidade e a envergadura que envolve o direito fundamental dos servidores e, de outro, o direito de todos os cidadãos de terem assegurada a continuidade na prestação dos serviços públicos, que afetam direitos também fundamentais, como a liberdade de ir e vir, a saúde, a segurança, o bem-estar e a dignidade.

O Supremo Tribunal Federal, em 2007, quando julgava mandados de injunção impetrados por sindicatos de servidores públicos, decidiu que até a publicação de norma regulamentadora específica, o direito de greve dos servidores públicos seria exercido com base na Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que *dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências*.

Essa situação irregular tem sido aceita como regra pela demora da elaboração legislativa, o que faz as gravosas questões relativas ao direito de greve (corte de remuneração, manutenção de percentual mínimo de servidores, comunicação prévia sobre a deflagração da greve, e tantas outras) serem resolvidas de forma pontual e assistemática pelo Poder Judiciário.

Há outras proposições tramitando na Casa, para as quais atentei cuidadosamente buscando inspiração para unir pontos positivos de alguns deles, como o projeto do ilustre senador de meu partido, senador Aloysio Nunes, inclusive na possibilidade de contratação, em caráter emergencial, por tempo determinado de força de trabalho, caso passadas quarenta e oito horas da ciência da decisão judicial que tenha determinado o cumprimento dos percentuais mínimos fixados na lei e na necessidade de especificar quais são as atividades essenciais e os percentuais mínimos de funcionamento a serem preservados durante a greve.



No texto que ora submetemos para apreciação e aperfeiçoamento desta Casa, procuramos estabelecer critérios, direitos, conceitos e requisitos que subordinam o exercício do direito de greve a juízo da proporcionalidade e razoabilidade, de forma a assegurar o atendimento das necessidades inadiáveis da sociedade, na mesma proporção em que empregamos garantias à respeitabilidade dos preceitos constitucionais ao direito de greve dos servidores públicos, enxugando os textos já em tramitação no Senado, a fim não pormenorizar o diploma legal.

As recentes manifestações grevistas em vários órgãos federais e unidades da federação, indicam ser o momento à edição de uma lei mais assertiva sobre esses aspectos, para tanto encarecemos o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

**DALIRIO BEBER**  
**Senador da República**



SF/18115.86972-28

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso VII do artigo 37

- Lei nº 7.783, de 28 de Junho de 1989 - Lei de Greve (1989) - 7783/89

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1989;7783>

- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União - 8112/90

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>

- artigo 20

- Lei nº 8.745, de 9 de Dezembro de 1993 - Lei de Contratação Temporária de Interesse Público (1993) - 8745/93

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8745>